

ISSN 0102-1931

plástico

MODERNO

Publicação mensal da Editora QD Ltda. – setembro de 2025 – nº 601 – R\$ 25,00

Tubos e Perfis

CONSTRUÇÃO E SANEAMENTO
ACELERAM AS VENDAS

Embalagem

COSMÉTICOS PEDEM SOLUÇÕES
EFICAZES E SUSTENTÁVEIS

Roscas e Cilindros

SELEÇÃO ADEQUADA EVITA
GASTOS MAIORES NO FUTURO



O PODER DO PLÁSTICO VERDE



PLANEC INTRODUZ A CIRCULARIDADE NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

TEXTO DE ANTONIO CARLOS SANTOMAURO E FOTOS DIVULGAÇÃO

Pode impactar diretamente a cadeia do plástico o Planec (Plano Nacional de Economia Circular), que foi anunciado em maio pelo governo federal. Tanto é que do órgão responsável por seu desenvolvimento – e agora por sua implementação – participam Abiplast (Associação Brasileira da Indústria de Plástico), Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química) e Fundação Ellen MacArthur (entidade cujo foco é o combate à poluição plástica), todos integrantes, com órgãos governamentais e outras entidades do Fórum Nacional de Economia Circular, criado no ano passado especificamente com essa finalidade.

O Planec delinea diretrizes e iniciativas destinadas a consolidar a economia circular no país, pretendendo, entre outras coisas, minimizar a geração de resíduos, promover a capacitação e o desenvolvimento de tecnologias vinculadas a esse conceito, criar um ambiente institucional e estabelecer fontes de recursos capazes de apoiar sua efetivação (*mais informações sobre o plano a seguir*).

E, para Magaly Menezes, assessora de Relações Governamentais e Comércio Exterior da Abiplast, ele pode realmente contribuir com a evolução do conceito de economia circular no Brasil, pois instrumentaliza de forma concreta a Estratégia Nacional de Economia Circular (política pública anunciada no ano passado, cuja implementação deve ser guiada pelo Planec). “É a primeira vez que o conceito de economia circular é men-

cionado formalmente na legislação brasileira; isso claramente reforça o compromisso do país com o tema”, enfatiza Magaly.

Entre os pontos positivos do Planec, ela inclui a priorização da economia circular pelo governo, “de forma transversal, não especificamente em um ou outro ministério”, e o envolvimento de órgãos governamentais antes não inseridos nessa agenda, como o Ministério da Fazenda. Como carências, cita a deficiente infraestrutura de coleta de resíduos, a necessidade de desenvolvimento de investimentos e financiamentos para os projetos, entre outras. “Há também barreiras culturais que precisam ser vencidas para o maior alcance desse modelo circular”, ressalta a dirigente da Abiplast.

Secretário-adjunto de Economia

Verde, Descarbonização e Bioindústria do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, ao qual cabe a coordenação do plano), Lucas Ramalho qualifica como “grande mérito” do Planec o fato de nele a economia circular não ser tratada como agenda apenas ambiental ou setorial, e sim integrada ao centro da política industrial brasileira. “Não se trata mais de conceito: estamos falando de uma política pública com ações, instrumentos financeiros, marcos regulatórios e compromissos concretos”, enfatiza Ramalho.

Ele também lembra que já existem instrumentos capazes de contribuir com a consecução das metas desse plano, como a Lei de Incentivo à Reciclagem – que, via deduções fiscais, pode assegurar até R\$ 300 milhões anuais para projetos de destinação adequada de resíduos – e o programa Tudo na Circularidade, do BNDES, que destina recursos para a modernização de cooperativas. “O plano também prevê estímulos fiscais, acesso a crédito verde, compras públicas sustentáveis, certificações ambientais e fomento à inovação tecnológica, com apoio de instituições como BNDES, Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial)”, diz Ramalho.



Magaly: Planec torna economia circular prioridade de governo



A QUESTÃO DAS METAS — Definindo diretrizes para reduzir o desperdício de recursos, ampliar a reciclagem e incentivar a inovação nos processos produtivos, o Planec representa um “marco importante” no processo de estruturação de uma economia circular no país, avalia André Passos Cordeiro, presidente-executivo da Abiquim. “Ele transforma em política pública uma agenda estratégica de transição do modelo linear para o circular”, observa.

Mas sua implementação, ressalva Cordeiro, ainda precisa superar mais desafios, além da infraestrutura deficiente de coleta e triagem de resíduos e da necessidade de investimentos robustos em tecnologia, capacitação e infraestrutura. “A ausência inicial de metas e indicadores específicos pode dificultar o monitoramento e a avaliação de resultados no curto prazo”,

exemplificou o dirigente da Abiquim.

É natural que um projeto abrangente como o Planec careça, ao menos em seus estágios iniciais, de metas mais definidas, pondera Adalberto Maluf, secretário nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos



Hídricos e Qualidade Ambiental do MMA (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima). “Metas e indicadores vão sendo estabelecidos ao longo do processo de implementação”, diz Maluf, lembrando que grupos de trabalho dos quais participam as entidades que cuidaram de sua formulação, como a Abiquim e a Abiplast, vêm se reunindo para discutir essas questões.

O próprio MMA participa desses grupos e neles discute, entre outras propostas, a possibilidade de equalização tributária entre produtos plásticos descartáveis e congêneres feitos com outros materiais. “Um copo

Ramalho: trata-se de política pública com ações concretas



Cordeiro: processos produtivos devem ser revistos e adaptados

de plástico paga 6,5% de imposto e o de papel paga 9,75%, mesmo índice pago por um canudo de papel, enquanto o canudo de plástico paga 3,35%. Por que não buscar uma isonomia tributária?”, indaga o representante do MMA (informando que esses índices tributários lhe foram fornecidos pela IBÁ – Indústria Brasileira da Árvore, representante do setor produtivo de papel e celulose).

A efetivação do Planec, prossegue Maluf, será potencializada por iniciativas como o decreto de logística reversa de embalagens plásticas, segundo ele, “já pronto, aguardando uma data para publicação”. Esse decreto exigirá, a partir de 2026, percentuais mínimos de conteúdos reciclados nas embalagens (exceto naquelas que terão contato com alimentos). “Também buscaremos fomentar as embalagens retornáveis, daremos um prazo para as empresas informarem seus atuais índices de embalagens retornáveis, e depois outro para que elas passem a trabalhar com percentuais mínimos desse gênero de embalagens”, complementa Maluf.

CONSTRUÇÃO COLETIVA – O processo participativo de elaboração, envolvendo órgãos públicos, sociedade civil, entidades setoriais e trabalhadores, como os catadores, e uma consulta pública que recebeu mais de 1,6 mil contribuições também pesa favoravelmente ao Planec, e amplia as

chances de sua implementação, pondera Cordeiro, da Abiquim. “Isso fortalece a legitimidade social e o caráter técnico e inclusivo da proposta, aumentando as chances de sua conversão em prática efetiva”, ressalta.

Gerente sênior de Políticas e Ins-

tituições de uma organização crítica ao plástico, a Fundação Ellen MacArthur, Pedro Prata também elogia o processo de construção coletiva do plano, unanimemente aprovado no Fórum Nacional de Economia Circular. E qualifica-o como “um mar-

PLANEC NASCE INTEGRADO A PROGRAMAS EXISTENTES

O Planec nasce associado a programas governamentais já em andamento; entre eles, o programa Nova Indústria Brasil, que prevê a alocação, entre o início de 2024 e o final de 2026, de R\$ 300 bilhões no desenvolvimento da indústria nacional, e o Mover, que estimula a adoção de tecnologias mais amigáveis ao meio ambiente na indústria automobilística.

Também designa entidades e instituições que, ao lado dos órgãos governamentais, devem se reunir periodicamente para avaliar e organizar sua implementação: casos, além de Abiplast, Abiquim e Fundação Ellen MacArthur, da Eletros (Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletrônicos), da Abihpec (Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos) e da CNI (Confederação Nacional da Indústria), entre outras.

● Sem definir ainda metas mais específicas, ele lista 18 objetivos e mais de 70 iniciativas, cuja efetivação deve ocorrer em um período de dez anos, até 2034. Agrupa esses objetivos e essas iniciativas ao redor de cinco eixos básicos:

- Criar um ambiente normativo e institucional favorável à economia circular;
- Fomentar a inovação, a cultura, a educação e a geração de competências para reduzir, reutilizar e promover o redesenho circular da produção;
- Reduzir a utilização de recursos e a geração de resíduos, de modo a preservar o valor dos materiais;
- Propor instrumentos financeiros de auxílio à economia circular;
- Promover a articulação interfederativa e o envolvimento de trabalhadoras e trabalhadores da economia circular.

Uma de suas propostas prevê a elaboração de um diagnóstico mapeando, em diversos setores, informações como fluxo de materiais, uso de recursos, gargalos e lacunas que possam inibir o desenvolvimento da economia circular. Uma outra fala em minimizar resíduos já no processo de concepção dos produtos e em incentivar a instalação de recicladores. São abordadas ainda a criação de mecanismos financeiros para apoiar a implementação e a expansão de práticas da economia circular, a capacitação para essas práticas e a inclusão de critérios de circularidade nas compras públicas, entre outras iniciativas. ■



Maluf: percentuais mínimos de conteúdo reciclado aumentarão

co histórico para o Brasil, e um passo decisivo rumo a um modelo de desenvolvimento capaz de gerar prosperidade duradoura”.

O Planec, continua Prata, tem também o mérito de considerar a eco-

nomia circular como um sistema integrado, em vez de limitá-la à ótica da gestão de resíduos. “Essa visão sistêmica é um dos seus principais pontos positivos, pois permite enfrentar desafios estruturais que vão desde barreiras regulatórias até a capacitação da indústria, passando pela articulação entre diferentes níveis de governo e mecanismos financeiros”, argumenta.

O dirigente da Fundação Ellen MacArthur valoriza ainda a abordagem, no projeto do plano, de lacunas institucionais e normativas que hoje dificultam a implantação de práticas circulares, a exemplo das restrições sanitárias para reuso de embalagens e a incidência de duplas tributações em algumas cadeias produtivas, com a integração, em um único eixo, de temas como design, inovação e capa-



Prata: incentivo ao design correto ataca raiz da questão

citação industrial. “Ao incentivar que produtos e sistemas sejam projetados desde o início para reduzir impactos, promover o reuso e viabilizar o redesenho circular da produção, o plano ataca a raiz do problema”, enfatiza.

EMPRESA CERTIFICADA
ISO
 9001:2015
 GESTÃO DA QUALIDADE

MASTERBATCHES

ADITIVOS

COMPOSTOS

COMPOSTOS DE ALTA PERFORMANCE

ADITIVOS ESPECIAIS NANOPARTÍCULAS

CONCEPT®

MASTERBATCHES ESPECIAIS

ENTRE EM CONTATO
 Get in touch with
 vendas@conceptchr.com.br
 +55 (54) 3260-5163
 Linha Palmeiro, S/N - Farrroupilha/RS | CEP: 95181-899

Economia circular

IMPACTOS NO SETOR — A cadeia do plástico será positivamente impactada pelo Planec, crê Ramalho, do Mdic. Mas essa indústria deverá necessariamente adotar uma lógica de circularidade implementada a partir da concepção de seus produtos. “Será preciso desenvolver produtos mais duráveis, desmontáveis e recicláveis, engajar-se efetivamente na logística reversa, incorporar progressivamente conteúdo reciclado e colaborar com cooperativas e cadeias locais de reciclagem”, detalha Ramalho.

Tal visão é compartilhada por Ma-

galy, da Abiplast, que crê que, com investimentos e com novas tecnologias, com o redesign de produtos plásticos e com o tratamento adequado dos resíduos, a indústria do plástico poderá se beneficiar dessa estratégia de circularidade. “Com a urgência da revisão no padrão de consumo da sociedade, ela poderá se reinventar e inserir no mercado produtos cada vez mais circulares, demonstrando assim o compromisso do setor produtivo e suas contribuições para a sustentabilidade do planeta”, ressalta Magaly.

Também Cordeiro, da Abiquim,

visualiza impactos positivos com a criação de incentivos ao uso de conteúdo reciclado, o fortalecimento da cadeia da reciclagem, o estímulo à inovação e a novos investimentos em tecnologia, e a possibilidade de acesso a linhas de crédito e benefícios fiscais; mas o desfrute desses benefícios exigirá a adaptação de processos produtivos e o investimento em redesign de produtos e em novas tecnologias. “Também será preciso fortalecer a rastreabilidade, ampliar a logística reversa, estabelecer parcerias com cooperativas de catadores, utilizar os mecanismos previstos, como crédito facilitado, incentivos fiscais e programas de compras públicas sustentáveis”, complementa.

Será necessário ainda participar ativamente dos fóruns de discussão previstos pelo plano, prossegue Cordeiro, que considera também “estratégica” para a circularidade do conjunto da indústria química — da qual fazem parte diversos integrantes da cadeia do plástico — a aprovação do Projeto de Lei 892/2025, em tramitação no Congresso, que cria o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química (Presiq), e prevê incentivos à produção vinculados a contrapartidas em sustentabilidade, contribuindo para reduzir custos e fortalecer a competitividade do setor.

O Presiq, afirma Cordeiro, tem metas bastante ambiciosas, e até 2029 poderá gerar um impacto de R\$ 112 bilhões no PIB do país, criando até 1,7 milhão de empregos diretos e indiretos e reduzindo em até 30% as emissões de CO₂ por tonelada produzida. “Mais do que um programa setorial, ele posiciona o Brasil como referência global em sustentabilidade industrial, alavancando a indústria como um vetor essencial para a transformação verde e para uma economia mais competitiva, inclusiva e de baixo carbono”, finaliza o dirigente da Abiquim. ■

POLUIÇÃO PLÁSTICA SEGUIR SEM RESOLUÇÃO GLOBAL

Mesmo após a realização, em agosto, na Suíça, de uma rodada extra de negociações além das cinco inicialmente programadas, mantém-se sem conclusões as discussões destinadas a estabelecer um tratado global de combate à poluição plástica chancelado pela ONU (Organização das Nações Unidas). Divergências em quesitos como redução ou não da produção de plásticos, metas, regulação de químicos perigosos, entre outros, impedem um consenso e, ao menos por enquanto, ainda não há datas para o prosseguimento das discussões que nessa última rodada envolveram 185 nações.

Nessas discussões, avalia André Cordeiro, da Abiquim, o Brasil tem adotado uma postura “equilibrada”, com foco em sustentabilidade, inclusão e inovação, em detrimento da mera redução da produção de resinas e de suas aplicações. “Também defendemos a criação de um fundo para financiar a transição para economia circular em países em desenvolvimento, bem como o desenvolvimento de mecanismos de transferência de tecnologia e capacitação profissional, a valorização de programas já em curso, como o Pellet Zero-OCS, e metas obrigatórias de conteúdo reciclado nas embalagens”, diz Cordeiro.

Por sua vez, Pedro Prata, da Fundação Ellen MacArthur, vê na falta de uma conclusão para o tratado uma fonte de incertezas sobre as possibilidades de contenção da poluição plástica. “É fundamental que os governos encontrem novos caminhos para implementar medidas eficazes e em escala, capazes de transformar o modelo econômico do setor, adotando a economia circular como base para eliminar o desperdício e regenerar a natureza”, argumenta.

Embora se diga decepcionado com o resultado das discussões, Prata considera que os três anos de debates já proporcionaram avanços: “As discussões trouxeram um salto imenso na compreensão geral do que é a poluição plástica no mundo e, obviamente, de que ela precisa de uma resposta imediata”, conclui. ■